



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ELIZÂNGELA TENÓRIO DA SILVA

INFORMAÇÃO AMBIENTAL:
um estudo a partir da experiência no IBAMA/CE

Fortaleza
2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ELIZÂNGELA TENÓRIO DA SILVA

INFORMAÇÃO AMBIENTAL:
um estudo a partir da experiência no IBAMA/CE

Fortaleza
2007



ELIZÂNGELA TENÓRIO DA SILVA
ely@hotmail.com

INFORMAÇÃO AMBIENTAL:
um estudo a partir da experiência no IBAMA/CE

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Ceará para a obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia

Orientador: Prof. Ms. Marcio Assumpção Pereira Da Silva

Fortaleza
2007

ELIZÂNGELA TENÓRIO DA SILVA

**INFORMAÇÃO AMBIENTAL:
um estudo a partir da experiência no IBAMA/CE**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Ceará para a obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Márcio Assumpção Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. Heliomar Cavati Sobrinho
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Antônio Wagner Chacon Silva
Universidade Federal do Ceará

Aos Meus Pais

Ao Meu Irmão

Aos Meus Padrinhos

Aos Meus Parentes

À Minha Avó

Aos Meus Amigos

Às Minhas Amigas

Homens da Minha vida

Aos Meus Professores

A Minha Turma “Força Cognitiva”

A Bibliotecária da Biblioteca do IBAMA/CE

Aos Funcionários da Biblioteca Engenheiro Waldyr

Diogo de Siqueira - CEFETCE.

AGRADECIMENTOS

Aos Meus Pais **José Alberto e Francisca**, pelo incentivo e afeto incessantes.

Ao meu irmão **Viana Neto**, pelas palavras de coragem.

Ao Meu Namorado pelo incentivo, apoio e palavras de estímulo.

A Minha Tia **Cecy** por ser sempre um refúgio.

A Minha Segunda Mãe **D. Albertina** por ser sempre o meu apoio.

A **Camila Moraes, Danyele Melo, Mayra Mesquita, Ana Kelly e a Francinir**, pela amizade, consideração e pelos bons momentos, os quais lembrarei veemente.

A Minha turma do Curso de Biblioteconomia “Força Cognitiva” e em especial ao meu amigo **Jonathas**, vulgo Jon Jon pelo seu apoio e dicas no desenvolvimento da minha monografia.

A todos os Professores que tive no decorrer do Curso de Biblioteconomia, **Ruthe Batista, Virgínia Bentes, Fátima Costa, Tadeu Feitosa, Fátima Fontenelle, Fátima Portela, Ivone Bastos, Wagner Chacon, Casemiro Neto, Lúcia Mara** e em especial, **Márcio Assumpção**.

A Bibliotecária **Denise Sampaio** da Biblioteca do IBAMA/CE que me passou suas experiências durante os dois anos de meu estágio e tornou-se uma grande amiga e confidente.

A todos os Funcionários da **Biblioteca Engenheiro Waldyr Diogo de Siqueira – CEFETCE**, pelos ensinamentos proporcionados durante o meu estágio supervisionado.

Por fim a todos aqueles (as) que não foram citados diretamente, mas participaram da minha caminhada acadêmica.

A todos o muito obrigado!

Elizângela Tenório da Silva

*"Não é a terra que é frágil. Nós é que somos frágeis.
A natureza tem resistido a catástrofes muito piores do que as que produzimos.
Nada do que fazemos destruirá a natureza.
Mas podemos facilmente nos destruir."*

James Lovelock

RESUMO

O papel da informação e particularmente da informação ambiental no contexto do modelo de desenvolvimento sustentável, proposta que hoje se apresenta como alternativa para a crise sócio-econômico-ambiental em nível global. Disponibilizando informações para a coletividade visa facilitar e estimular a conscientização pública e a sua participação ativa e democrática. Democratizar a informação ambiental chega a ser uma obrigação e dever de todos os cidadãos, a participação popular sobre as decisões políticas organiza e conscientiza o cidadão na hora de exigir e cobrar pelo cumprimento das leis. A democratização da informação ambiental representa um fator essencial e são de grande importância a eficácia e descentralização na disseminação desta informação na mídia perante a opinião pública. Os meios de comunicação de massa desempenham um papel na formação da opinião pública no que tange ao meio ambiente. Relata um breve histórico e conceitos de informação e meio ambiente, dando ênfase à informação ambiental em conjunto. Aborda com intensidade sobre as políticas ambientais e as instituições IBAMA e Semace. Dessa forma, considerando-se a importância aborda a realidade da informação sócio-ambiental. Identifico a pesquisa como exploratória. O método de pesquisa a ser desenvolvido neste trabalho é baseado no enfoque dialético, onde o conhecimento do objeto da pesquisa é estudado em todos os seus aspectos, todas as suas ligações, mediações e contradições. Como observador fiz um estudo referente o que aconteceu e o que ainda acontece em torno do meio ambiente e o acesso à informação ambiental.

Palavras-Chave: Informação, Meio Ambiente, Meios de Comunicação, Opinião Pública.

ABSTRACT

The paper of the information and particularly of the ambient information in the context of the model of sustainable development, proposal that today is presented as alternative for the partner-economic-ambient crisis in global level. Provide information for the collective aims at to facilitate and to stimulate the public awareness and its active and democratic participation. To democratize the ambient information arrives to be an obligation and duty of all the citizens, the popular participation on the decisions politics organizes and acquires knowledge the citizen in the hour to demand and to charge for the fulfilment of the laws. The democratization of the ambient information represents an essential factor and is of great importance the effectiveness and decentralization in the dissemination of this information in the media before the public opinion. The medias of mass play a role in the formation of the public opinion in what it refers to environment. It tells to a historical briefing and concepts of information and environment, giving emphasis to the ambient information in set. It approaches with intensity on the ambient politics and the institutions IBAMA and Semace. Of this form, considering itself its importance approaches the reality of the partner-ambient information. I identify the research as exploratória. The method of research to be developed in this work is based on the dialético approach, where the knowledge of the object of the research is studied in all its aspects, all its linkings, mediation and contradictions. As observing I made a referring study what it happened and what still happens around the environment and the access to the ambient information.

Word-Key: Information, Environment, Medias, Public Opinion.

SUMÁRIO

| | |
|--|---------------|
| CAPÍTULO 1 - LINHAS INTRODUTÓRIAS | 09 |
| 1.1 Uma visão acerca da proposta deste trabalho | 10 |
| 1.1.1 Uma visão acerca da problemática e da justificativa deste trabalho | 12 |
| 1.1.2 Uma visão acerca dos objetivos deste Trabalho | 12 |
| 1.2 Objetivo Geral | 12 |
| 1.2.1 Objetivos Específicos | 13 |
| 1.2 Aspectos metodológicos | 14 |
| CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 17 |
| 2.1. Histórico e Conceituação de Informação Ambiental | 17 |
| CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS AMBIENTAIS | 29 |
| 3.1. As Instituições | 29 |
| 3.2.1 IBAMA | 35 |
| 3.2.2 Semace | 38 |
| CAPÍTULO 4 – Uma Realidade da Informação Sócio-Ambiental | 41 |
| CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES | 46 |
| BIBLIOGRAFIA | 49 |

1. LINHAS INTRODUTÓRIAS

1.1 UMA VISÃO ACERCA DA PROPOSTA DESTE TRABALHO

A consciência ecológica não nasce no vazio. Ela emerge frente a uma realidade insustentável de ameaça à qualidade de vida no mundo, onde a tecnologia industrial e a explosão populacional têm caminhado ao lado de grave deterioração do meio ambiente. Até aqui, o desenvolvimento tecnológico e industrial tem nos dado em troca à ameaça de uma catástrofe nuclear, a poluição do ar, das águas e do solo, e devastado nossas matas, como se a natureza tivesse o poder de se recuperar infinitamente. É neste contexto de acelerada evolução que marcou o século XX, que a consciência ecológica tornou-se algo concreto, impossível de ser ignorada. A realidade dos problemas ambientais já fazia parte do cotidiano do mundo. Enfim, a humanidade começava a se conscientizar que seu desenvolvimento estava diretamente comprometido com a preservação ambiental.

É chegado um momento, às portas do século XXI, em que é inconcebível dissociar desenvolvimento e sustentabilidade. A população mundial teve mostras de quanto é impraticável a separação desses dois aspectos durante as últimas quatro décadas. O mundo, através de seus governantes, parece estar predisposto a reavaliar a concepção de desenvolvimento para garantir o bem-estar das gerações atuais e a sobrevivência das gerações futuras. Estamos na Era da Informação, e é explorando os recursos que ela nos oferece que temos que levar a conscientização ambiental a cada ponto do planeta. É como diz a frase que ficou consagrada na Rio 92: Pensando globalmente, agindo localmente.

Disseminar a informação ambiental, democratizando seu acesso junto à mídia para a conscientização do cidadão sobre a necessidade de preservação e melhoria do ambiente será o objeto deste trabalho; pela identificação e eficácia da função do papel da mídia nesse contexto.

O capítulo inicial consiste em uma introdução sobre o assunto abordado, constando de uma breve problemática juntamente com a justificativa e dos objetivos deste trabalho.

No segundo capítulo, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica com um histórico e os principais conceitos de informação e meio ambiente, unindo os dois de forma a analisar o surgimento e a perspectiva da informação ambiental e a importância da mídia na difusão da informação ambiental.

O terceiro capítulo trabalha com mais intensidade as políticas ambientais desenvolvidas com relação à informação ambiental nas competências da União, do Estado e do Município, e os serviços e projetos desenvolvidos pelas instituições IBAMA e Semace.

O quarto capítulo traz a realidade da informação sócio-ambiental, como a veiculação da questão ambiental está sendo vista no mundo e o trabalho da mídia em relação à opinião pública.

De forma geral, este trabalho discute a necessidade de disseminar a informação ambiental, democratizando o acesso para a conscientização do cidadão sobre a necessidade de preservação e melhoria do ambiente para ter qualidade de vida e um equilíbrio ecológico sustentável para nossa sociedade e as gerações futuras.

1.1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

As atitudes diárias e a desinformação das pessoas com relação ao meio ambiente causam preocupação em relação à qualidade de vida do ser humano. Com meu estágio na Biblioteca do IBAMA venho adquirindo conhecimentos e interesses na área. Apesar de a minha rotina estar diretamente ligada aos serviços da biblioteca, observo nos usuários visitantes e principalmente nos usuários internos a desinformação em relação à importância da informação ambiental para a consciência pública sobre a necessidade de preservação, qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

O direito à informação está previsto na Constituição Federal e as questões ambientais que são relacionadas ao meio ambiente, na Agenda 21.

Com o advento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), considerado o encontro internacional mais importante desde que o homem se organizou em sociedade, as estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável foram examinadas e consignadas no documento Agenda 21. A Agenda 21 estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século XXI, colocando a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem construir um binômio inseparável, que promova a ruptura do atual modelo de crescimento econômico, permitindo aos países com patamares insatisfatórios de renda e de riqueza, o usufruto da vida em um ambiente saudável pelas futuras gerações.

Desta Conferência Rio-92 resultaram tratados que destacam a conscientização e a Educação Ambiental dirigida aos técnicos, profissionais, dirigentes, políticos, agricultores, cidadãos em geral.

Apesar das resoluções da Rio-92 e do compromisso firmado entre os 172 países presentes naquele evento para a construção da Agenda 21, observa-se que as mudanças com relação à redução da emissão de gases tóxicos na atmosfera, redução de resíduos químicos nos corpos hídricos, utilização de práticas agrícolas sustentáveis, redução das desigualdades sociais, dentre outras metas traçadas, ainda não se concretizaram.

Nesse sentido, a sustentabilidade requer o exercício da participação daqueles segmentos sociais que até então não foram ouvidos, que somente poderá ocorrer através de um processo educativo formal e não formal que implicará na formação de uma nova ética inspirada na mudança de valores, na formação da consciência crítica e na transformação social. Por outro lado será necessário que também ocorra um processo de mudanças de valores éticos dos grupos técnicos e dirigentes, que mesmo detentores do saber, precisam capacitar-se nos processos de gestão de conflitos sócio-ambientais.

Além da aquisição de novas ferramentas de negociação e de uma nova relação com o meio ambiente, deve-se proporcionar às populações mais desprovidas de meios de informação e de pouco poder aquisitivo, condições para que as mesmas possam adquirir

novas tecnologias ambientalmente sustentáveis e que adquiram condições de implantá-las em suas áreas de atuação, principalmente na agricultura e na indústria, o que poderá ocorrer através de uma melhor distribuição de renda e quando as nações dominantes adotarem formas racionais de produção e consumo, de forma a não gerar a exaustão dos recursos naturais dos países em desenvolvimento.

Partindo da premissa de que preservar o meio ambiente é dever de todos, a escola e a sociedade desenvolvem um importante papel em possibilitar o acesso da população ao conhecimento sistematizado e na formação de valores éticos. No entanto deve-se reconhecer que somente com a junção dos conhecimentos produzidos e sistematizados pelas ciências e a vontade dos educadores é que se poderá transmitir um conhecimento integrado do meio ambiente às presentes e futuras gerações. Sendo a questão ambiental um tema de grande complexidade, o trabalho educativo e informativo junto à sociedade deve ser apoiado por uma equipe de técnicos com formações diferenciadas, a fim de apontar soluções abrangentes para a questão sócio-ambiental.

1.1.2 OBJETIVOS

1.2 Objetivo Geral

Verificar a disseminação da informação ambiental, sua democratização no acesso para a conscientização do cidadão sobre a necessidade de preservação e melhoria do ambiente para ter qualidade de vida e um equilíbrio ecológico sustentável para nossa sociedade e as gerações futuras.

O cidadão bem informado dispõe de valiosa ferramenta de controle social do poder, isto porque, ao se deparar com a informação e compreender o real significado da questão ambiental, o ser humano é resgatado de sua condição de alienação e passividade. E assim, conquista sua cidadania, tornando-se apto para envolver-se ativamente na condução de processos decisórios que hão de decidir o futuro da humanidade sobre a terra.



O acesso à informação ambiental interliga o direito e a cidadania preparando assim o cidadão, que trilhará o caminho pela sociedade civil organizada e consciente de suas prerrogativas e obrigações. Isto porque a população desinformada se torna um cidadão passivo que acaba por permitir que o direito seja utilizado como instrumento de dominação, quando esse deveria refletir as relações estabelecidas no seio da sociedade.

O direito à informação é, portanto, um dos instrumentos de efetivação do princípio de participação e, ao mesmo tempo, de controle social do poder, permitindo a atuação consciente e eficaz da sociedade, no desenvolvimento e na implementação das políticas públicas, juntamente com as ONG's, o cidadão comum e a mídia como a tv e o rádio direcionada à área ambiental.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Identificar a função informacional da mídia no contexto da defesa do meio ambiente, ou seja, como os meios de comunicação têm sido empregados a serviço da conversação dos bens naturais como, por exemplo, o rádio, o jornal, a televisão e a internet.

- Pesquisar os sistemas de informações ambientais, utilizados no intercâmbio de informações entre os diversos órgãos integrantes como o IBAMA (Esfera Federal), a Semace (Esfera Estadual) e o SISNAMA (Sistema Nacional de Informação Sobre o Meio Ambiente).

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para esclarecer os procedimentos utilizados, identifiquei a pesquisa como Exploratória que se baseia na formulação de problemas e na construção de hipóteses, com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos. É um tipo de pesquisa pouco rígida que se

utiliza basicamente de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. Tende a ser flexível, por isso pode ser desenvolvida de diversas maneiras. Segundo köder (1997, p. 126), “ Na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa e qualitativa.”.

De acordo com Gil (1994, p.45), “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato.” Corroborando com o autor, não temos a intenção de nos aprofundarmos as dificuldades encontradas, mas identificar e contribuir para uma visão mais esclarecida, passível de investigação mediante procedimentos sistematizados.

O método de pesquisa a ser desenvolvido neste trabalho é baseado no enfoque dialético, onde o conhecimento do objeto da pesquisa é estudado em todos os seus aspectos, todas as suas ligações, mediações e contradições. O método efetivamente científico que vai de encontro com a confirmação da idéia de que o mundo não tem nada de eterno, pois tudo se modifica tudo se desenvolve. Tudo deve ser considerado pelo ponto de vista do movimento, do desenvolvimento. Isso significa que o espírito da dialética penetra toda a ciência moderna. Com respeito às formas do movimento, no que diz respeito ao fato de que, de conformidade com a dialética, as pequenas mudanças "quantitativas" conduzem no final a grandes mudanças "qualitativas", essa lei possui igual valor também na história natural. Demonstra-se claramente a grande importância que tem na historia natural o fato de surgirem das mudanças quantitativas, mudanças qualitativas.

O método dialético é, até os dias de hoje, um dos métodos mais eficazes utilizados na pesquisa social, por contribuir com a criticidade no tocante a observação e análise de fatos e objetos pesquisados.

O exercício da dialética propõe a negação de visões estanques e estáticas, como é o positivismo, onde apenas observa-se o fato e descreve-o, de forma imparcial e sem intervenção transformadora desta realidade. O método dialético, por sua vez, objetiva analisar

a realidade em todas as suas facetas e não apenas como ela se manifesta. Trata-se de analisar aquilo que não foi ainda manifestado ou que foi escamoteado, bem como as razões pelas quais não foi manifestado.

Portanto o papel do pesquisador neste método é aproximar-se ao máximo ao objeto pesquisado, no sentido de obter uma compreensão totalizadora, o que implicará na mudança de visões dos atores pesquisados e do próprio pesquisador.

O campo de pesquisa foi o IBAMA/CE onde passei dois anos como estagiária da biblioteca, com isso adquirindo conhecimentos e aumentando meu interesse na área. A desinformação em relação à informação ambiental, observei nas pessoas de um modo geral, dentro do próprio órgão, na rua, em qualquer que fosse o lugar.

O método dialético é o instrumento mais eficaz no tratamento das contradições, possibilitando também as mediações entre os diferentes conflitos sociais.

Por não conseguir aplicar meu questionário, pela má vontade de alguns e a desculpa da falta de tempo de outros, optei pela coleta de dados utilizar a técnica de observação não participante, pois “é uma técnica indicada para estudos exploratórios, considerando que ela pode sugerir diferentes metodologias de trabalho, bem como levantar novos problemas ou indicar determinados objetivos para a pesquisa” .(RICHARDSON, 1985,p. 214-215).

Observar é destacar algo específico, observar um “fenômeno social”. A observação pode ser estruturada ou padronizada. Este tipo de observação é usado na pesquisa qualitativa quando se deseja colocar em relevo a existência, de algum ou alguns traços específicos do fenômeno que se estuda, buscando a verificação de hipóteses. A pesquisa qualitativa emprega usualmente a observação livre do desenvolvimento de determinada situação. (TRIVIÑOS, 1987, p.137-153)

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

... indica as características para pesquisa qualitativa: tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; a pesquisa qualitativa é descritiva; os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente; os pesquisadores estão preocupados com o processo e não simplesmente com o resultados e o produto; uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento a vida das pessoas. BODGAN (1982 apud Ludke e André, 1986).

No estudo da observação apenas observamos algo que acontece ou já aconteceu. A estrutura fechada, estruturada, livre ou aberta é uma das técnicas que privilegia a pesquisa qualitativa.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Histórico e Conceituação de Informação Ambiental

A primeira Conferência Internacional para debater o meio ambiente teve lugar na Suécia, patrocinada pela ONU em 1972. Essa Conferência elaborou e aprovou a “Declaração sobre o Ambiente Humano” com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns, que servissem de inspiração e orientação à humanidade para preservação e melhoria do meio ambiente.

Em seguida com a Comissão de Brundtland que elaborou o relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, passando-se a conceituar desenvolvimento sustentável, onde se estabeleceu que os limites de crescimento seriam dados pela tecnologia empregada pela organização social e pela capacidade da biosfera em abordar os efeitos da atividade humana (Souza, 2000).

A Conferência de Estocolmo facilitou a criação de vários organismos internacionais para denunciar o agravamento dos problemas ambientais advindos da aceleração de processos predatórios e poluentes, promovidos em escala mundial, indicando a pouca repercussão prática das intenções e princípios firmados em documentos nacionais e internacionais realizados naquela Conferência.

Além disso, observou-se que nas últimas décadas acentuou-se a distância entre países pobres e ricos nas últimas décadas, e, sobretudo em relação às novas tecnologias, distribuição de renda, padrões de consumo e endividamento externo, refletindo nos índices de qualidade de vida e degradação ambiental.

E em virtude desse quadro, a Assembleia Geral das Nações Unidas realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou no Rio de Janeiro, em junho de 1992, tendo como objetivo fundamental estudar a concepção

de que o crescimento econômico e a proteção ambiental precisavam ser considerados para que se possa, efetivamente, evitar que a deterioração do ambiente comprometa sua capacidade futura de manter a vida. As discussões sobre os mecanismos econômicos se acirraram especialmente quando esses mecanismos se evidenciaram impactantes para o meio ambiente e capazes de depauperar os recursos naturais.

Fazendo um comparativo entre o conteúdo da Conferência de Estocolmo com o da Conferência do Rio, observa-se que na última destacam-se objetivos mais amplos, como observa Emilio Candotti (1992, p. 115). O desafio desses objetivos pode ser assim resumido:

- Levar a consideração das políticas de comércio e indústria dos países participantes um programa de redução dos impactos sociais e ambientais causados pelo sistema produtivo. Responder à pressão dos movimentos sociais preocupados com a crescente devastação dos recursos e ambientes. Promover o debate de novos modelos de desenvolvimento econômico atentos à justiça social, à conservação dos ecossistemas e aos limites da exploração das matérias-primas;
- Estabelecer convenções e tratados internacionais dedicados à preservação das condições de sobrevivência das espécies que habitam o planeta e o equilíbrio dos ecossistemas complexos. Definir códigos e normas que orientem programas de convenção ambiental, e limitem os danos provocados pela ação do homem sobre a terra, a água e o ar. Promover a cooperação internacional em projetos dos ambientes físicos e naturais.
- Aproximar o debate dos temas ecológicos e as políticas ambientais às grandes questões do desenvolvimento econômico, das concentrações urbanas e do crescimento populacional. Associar as iniciativas de proteção à biodiversidade e à valorização da sócio-diversidade.

No tocante a Convenção das Nações sobre Mudança Climática negociada e assinada em 1992, em seguida um compromisso internacional foi assinado: o Protocolo de Kyoto, negociado e firmado por mais de 150 nações em 1997.

No período em que se realizou a Conferência, os jornais, rádios e televisões do Brasil e do mundo difundiram discursos de muitos chefes de Estado que estavam mais preocupados com sua imagem perante a opinião pública e não com a busca de soluções concretas propostas pelos organizadores do evento.

Nas últimas décadas temos observado o aumento significativo de publicações sobre o meio ambiente, mais, contudo, por meio dos jornais e da televisão que as questões ambientais têm chegado ao conhecimento. Isso porque até então, essas informações circulavam basicamente em espaços restritos, na comunidade científica, em seminários e palestras, em publicações especializadas como revistas e livros. Mais, ainda é grande a dificuldade de acesso à informação ambiental pelo público, já que parte dela é produzida por empresas privadas e a comercialização desses dados tem sido uma alternativa mesmo para órgãos públicos e para organizações não-governamentais, em movimento que acompanha a tendência à crescente privatização da informação em geral. Nesse sentido, as redes eletrônicas podem atuar como um instrumento de racionalização da coleta de dados e difusão de informações, eliminando a necessidade de centralizar todos os dados em um único lugar, e criando mecanismos para coletar apenas a informação considerada necessária.

Ainda em nossos dias, a imprensa e a televisão são as principais fontes de informação para uma expressiva camada da população. O papel desses veículos revela-se decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental. As Organizações Não-Governamentais são as responsáveis pela conscientização dos problemas ambientais.

A presença da mídia na Conferência do Rio 92 mostrou um evento de proporções gigantescas, nunca visto antes. Esse fato demonstrou interesse internacional pelos problemas ambientais.

É importante salientar que a Conferência de Estocolmo se destacou como uma oportunidade especial de estudar a informação ambiental veiculada pela mídia, uma vez que foi montado um aparato técnico para transmitir dados e imagens via satélite, possibilitando

que as informações sobre a Conferência pudessem ser transmitidas simultaneamente para diferentes lugares do Planeta durante 24 horas por dia, e recebeu um grande destaque dos profissionais dos meios de comunicação, proporcionando um amplo material para a análise da mensagem ambiental.

Pessoa e Braga (2004) declaram que em 2002, aconteceu a Rio + 10 em Johannesburgo. O objetivo deste encontro da comunidade internacional preocupada com a questão ambiental foi avaliar o que de fato o mundo havia feito após a Rio 92, marco na história de compromissos internacionais sobre a manutenção dos recursos naturais do planeta. Chegou-se a conclusão que os avanços não foram tão significativos, quanto os compromissos políticos assumidos na Rio 92.

No que tange à informação ambiental, a mídia tem dado destaque para grandes acidentes que afetam o ecossistema. O caso da Petrobrás é um dos que mais aparecem nas telas da televisão e nas páginas de jornal e revistas. Porém, as queimadas, a venda ilegal de madeira, como foi o caso da venda de mogno, envolvendo até os índios do Pará causam preocupação a todos. Eron Brum (2001, p.22) identifica três tipos de cobertura jornalística sobre questões ambientais: as matérias baseadas em denúncias; as que representam propostas de solução para problemas ambientais e a divulgação amena de assuntos como nichos ecológicos, parques e reservas florestais. Cabe não apenas às empresas de comunicação dar devida importância às mensagens que abordam a educação ambiental, mas também aos governantes estimular as investigações sobre as questões ecológicas, mostrar novos caminhos que levem os indivíduos a criar uma consciência crítica diante da problemática ambiental.

Diante da conjuntura atual e levando-se em conta o modelo de desenvolvimento econômico adotado por muitos países, a questão ambiental ocupa um importante espaço na esfera global. Albagli (1995, p. 2) afirma que:

O tema ambiental deixou de ser visto como problema restrito ao meio técnico-científico, ocupando lugar proeminente na agenda política tanto dos países individualmente, quanto das negociações por eles travadas na arena internacional. Os temas relativos ao meio ambiente passaram a ser objeto de preocupação e

debate por parte da mídia, das entidades representativas da sociedade civil organizada (particularmente as Organizações Não Governamentais – ONG's) e da opinião pública em geral, das empresas, dos governos, das instituições e organizações internacionais.

Há muito tempo à questão ambiental deixou de ser um movimento somente pela defesa de animais ameaçados de extinção e das florestas brasileiras contra o desmatamento.

De acordo com Albagli (1995, p. 05) a questão ambiental cresceu em todo mundo, tanto em abrangência quanto em adeptos, como demonstraram as duas Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente, a Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo no ano de 1972 e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, sendo que a partir desta última mudou-se o termo “eco-desenvolvimento” para desenvolvimento sustentável que é o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural da sociedade e que garante mais saúde, conforto e conhecimento, mas sem causar muitos estragos aos recursos naturais do planeta Terra. Para isso, todas as formas de relação do homem com a natureza devem ocorrer com o menor dano possível ao meio ambiente.

Silva (1988) conceitua meio ambiente como sendo “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento”. Ainda assim, é comum confundir-se meio ambiente com fauna e flora, como se fossem sinônimos. O erro corriqueiro demonstra que o ser humano não se percebe como parte do meio ambiente. A expansão da consciência ambiental se dá na exata proporção em que se percebe meio ambiente como algo que começa dentro de cada um, alcançando tudo que nos cerca e as relações que estabelecemos com o universo.

Sachs (2004) menciona que o início do século XXI vem sendo marcado pelo esgotamento acelerado de seus recursos naturais em um ritmo sem precedentes na história. O processo de livre apropriação ameaça hoje os mecanismos naturais de renovação dos recursos ambientais, tanto na cidade quanto no campo.

Acrescenta Sachs (2004) que os padrões de produção e consumo de bens e serviços adotados, sobretudo, nas décadas de 60, 70 e 80, priorizam um modelo de desenvolvimento setorializado. Este modelo caracteriza-se por seu aspecto espoliativo e economista, negligenciando suas inter-relações com as dimensões ambientais econômicas, sociais, culturais e ecológicas, específicas dos territórios onde o crescimento econômico ocorreu, afetando diretamente a qualidade de vida das populações locais.

Na corrida pelo desenvolvimento econômico, as atividades humanas deixam de ser exercidas de forma harmônica com a natureza: amplificam-se os impactos negativos na dinâmica ambiental e os recursos naturais tornam-se cada vez mais escassos. A poluição não tem fronteiras. Não há uma reação em cadeia causada pela destruição dos recursos naturais. Por outro lado a crise ambiental surge quando o homem percebe que há uma interdependência entre ele e a natureza, e o quanto é importante à manutenção do meio ambiente equilibrado.

A economia, as interações sociais e as políticas públicas tornam-se palco de complexas relações amparadas no conhecimento técnico-científico. Assim, uma das tendências atuais é a consolidação de uma sociedade baseada no conhecimento e na informação. As novas tecnologias, os novos modelos de gerenciamento público e privado e as combinações de várias mídias recentes já são realidade.

A produção de informação e a veiculação sobre o meio ambiente, são coberturas que aparecem de forma fragmentada na mídia imprensa e eletrônica. Para algumas empresas de comunicação, o interesse maior reside no fato de obter audiência. As TVs educativas são as que dedicam mais espaço às questões da ecologia. No Brasil, embora tenha havido crescimento do número de produtoras independentes nos últimos anos, a partir do surgimento das emissoras pagas – transmitidas por cabo ou satélite –, ainda não se estabeleceu um mercado para programas especializados em ciência e tecnologia. Canais a cabo como o *Discovery* e o *National Geographic* são exemplos de emissoras que veiculam ciência e tecnologia no Brasil pela TV paga. Mas vale lembrar que o alcance da televisão por assinatura em nosso país é de 3,8 milhões de residências. O que a maioria da população assiste é à televisão aberta (WASHINGTON, 2005).

Um olhar sobre o gênero dos programas contidos nas grades de programação das emissoras de canal aberto e gratuito, possibilita constatar que não chega a oito horas semanais o tempo total dos programas especializados em ciência, tecnologia e meio ambiente, veiculados pela televisão brasileira.

Entre todas as emissoras, somente a TV Educativa e a Rede Globo exibem programas especializados em ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente. Certamente, esses programas se enquadrariam nas categorias Ciência e Educação.

Sábado parece ser o dia preferido por essas emissoras para exibir os raros exemplos de programas científicos. Ou pelo menos, para a reprise concentrada desses programas.

Os dois únicos programas especializados exibidos pela Rede Globo foram produzidos pelo Canal Futura, emissora educativa da Fundação Roberto Marinho – Globo Ciência (1984) e Globo Ecologia (1990) – e são veiculados aos sábados, em horário de baixíssima visibilidade: às 6h30 e 7h, respectivamente. Apesar disso, estes são dos mais antigos programas que permanecem no ar na televisão brasileira, o que demonstra sucesso de público, visto os interesses de uma emissora comercial.

Barca (1999) relata que de acordo com o site do Canal Futura, o Globo Ciência procura “desmistificar a ciência relacionando-a com a vida das pessoas, a partir de cenas do dia-a-dia”. Assim, fixa os conceitos básicos e, sistematicamente, difunde informações úteis, de orientação e esclarecimento ao público. Já o Globo Ecologia, mostra exemplos de preservação da natureza e de educação ambiental, além de denunciar problemas como a devastação, a poluição, o desperdício e o descaso em relação ao patrimônio natural brasileiro.

Das sete horas semanais que a TV Educativa dedica à exibição de programas especializados em ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente, duas são ocupadas também por reprises dos programas Globo Ciência e Globo Ecologia. O Globo Ciência é veiculado pela TVE às segundas-feiras, às 7h, e aos sábados às 12h30min. O Globo Ecologia vai ao ar às terças-feiras, às 7h e aos sábados às 13h.

Os outros programas científicos veiculados pela TVE são: Expedições, Saúde Brasil, Repórter Eco e Universo Pesquisa, cada um deles com meia hora de duração. Todos são reprisados ao longo da mesma semana em que são exibidos pela primeira vez, perfazendo um total de seis horas semanais. Nas manhãs de sábado, a TVE cede uma hora de sua programação – entre 9h e 10h da manhã – para a veiculação de programas do Canal Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz.

O programa Repórter Eco foi criado pelo departamento de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, em 1992, como um telejornal especializado em meio ambiente. Tinha o objetivo de antecipar e aprofundar os assuntos que seriam abordados na Rio-92, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Após a conferência, foi transformado em programa semanal, com informações do Brasil e do mundo. Repórter Eco é exibido pela TVE às segundas-feiras às 19h, com reprise aos sábados, às 13h30.

A Ciência não está apenas excluída da programação das redes de televisão de transmissão gratuita na forma de especialidade, como também parece não haver propostas de inclusão do público no debate sobre inovações tecnológicas ou seus impactos na vida cotidiana, nas discussões sobre os limites das aplicações da ciência ou na tomada de decisões relacionadas à ciência e tecnologia.

Ao analisar a abordagem dada à ciência no programa Fantástico, da Rede Globo, há alguns anos, Siqueira (1999, p.58) destacou que na televisão “o discurso sobre ciência aparece distanciado da realidade imediata do telespectador e politicamente esvaziado”. A pesquisadora advogou os programas de jornalismo científico como “lugar específico para a socialização da ciência pela televisão”, sob o argumento de que os demais “divulgam representações, com seus possíveis equívocos e exageros. São lugares comuns e ajudam, sim, a construir o mito da ciência”.

Entretanto, se a divulgação científica tem o propósito de provocar a participação do público nas decisões sobre ciência, todos os espaços seriam, em princípio, adequados a esse

debate que, para atingir os diferentes públicos, deve ter uma linguagem diversificada. Demarcar espaços para divulgação da ciência significaria cristalizar uma idéia preconceituosa e idealizada. Excluir a ciência dos programas dirigidos ao grande público significaria estigmatizá-la definitivamente como tema inacessível, que só deve ser tratado por especialistas.

Diante da ausência de programas especializados na programação das emissoras, um caminho seria a inserção de temas de ciência nos programas de maior audiência, de forma transversal, para atingir as mais amplas parcelas da população.

Um estudo dos telejornais diários mostrou que o telejornalismo aborda ciência e tecnologia de forma regular, dedicando cerca de 10% do tempo total dos programas à veiculação de matérias sobre pesquisas realizadas no Brasil e no exterior (ANDRADE, 2004, p.110).

Entretanto, há indicações de que a abordagem tem sido factual e superficial, sem a preocupação de contextualizar e abrir caminhos para o debate e a participação do cidadão. O trabalho mostrou que falta aos telejornais uma visão crítica em relação às dúvidas e às prováveis deficiências ou controvérsias características do processo científico. Nesse sentido, a mensagem dos telejornais vem reforçar uma possível representação da infalibilidade da ciência no imaginário da população.

A televisão, de acordo com Mayerowitz (1985), tem o poder de construir o real no imaginário da população. Os telespectadores confiam e se maravilham com o que a TV mostra. Nesse sentido, a televisão se torna um instrumento de inclusão.

É esta capacidade de incluir um grande número de pessoas e de provocar a discussão, abrindo novos horizontes de conhecimento à experiência humana, que faz da televisão um poderoso aliado do processo educacional. Se antes do advento da televisão as conversas giravam em torno do conhecido, do palpável, hoje, novas realidades desconhecidas do público são apresentadas, ampliando o horizonte dos diálogos. Como lembra Motter

(2003), “a televisão, ao lado do rádio, consegue ultrapassar as barreiras do analfabetismo e atingir os excluídos da educação formal, integrando-os no mundo da comunicação”.

Este enorme potencial de mobilização, aliado à possibilidade de utilizar sons, imagens, cor e movimento garantem a abertura de múltiplas entradas de leitura e apreensão de conteúdos diversificados pelo público. Mas não tem sido utilizado para a popularização da ciência. Ao contrário, a maior parte do tempo das emissoras de televisão aberta no Brasil é dedicada à transmissão de programas de variedades que cultuam celebridades momentâneas - promovidas pelo próprio veículo. Nem cultura, nem educação e pouquíssimo humor. Ciência, quem sabe um dia terá o seu espaço reservado.

Apesar da grande produção de informações ambientais, o grande impasse, no entanto, é a inexistência de conhecimento sobre essa informação. Existem muitas fontes de informação que podem ser encontradas em bibliotecas e centros de informação e documentação especializados.

A busca por estas fontes de informação, além de servirem para fins de pesquisa, é resultado do interesse de alguns, em sanar um problema bem mais agravante e que está correlacionado aos problemas ambientais: o da desinformação.

Para muitos segmentos da nossa população o veículo de comunicação de maior penetração e eficácia é o rádio. Está sempre ocupando um lugar nos lares, nos automóveis, levando notícias e mensagens educativas. O rádio tem como característica o imediatismo, a mobilidade e a capacidade de poder abranger a população como um todo.

Vale ressaltar que em nosso país onde há grandes desigualdades sociais e que é considerável o número de cidadãos que por serem analfabetos, não tem acesso a livros, jornais e revistas, a televisão portátil veio para complementar a transmissão de informação para um grande contingente de nossa população. Isso se deduz pelo fato que a TV tem uma função fundamental na conscientização das pessoas na medida em que se constitui num veículo massivo com grande prestígio nos segmentos com menor grau de escolaridade.

Os meios de comunicação são a principal fonte de notícias para grande parcela da população. Essa forma de atuar tem repercussões no processo da formação da opinião sobre as questões ambientais.

A informação deve ser um instrumento que possibilite auxiliar na detecção de problemas, buscar alternativas para sua solução, avaliar e monitorar as medidas adotadas e possibilitar o controle social na medida em que a sociedade tenha acesso a esse conjunto de dados e informações. Lê Coadic (1996, p.5) afirma que

A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

Referindo-se a “ambiental é *relativo à, ou próprio de ambiente*”, logo informação ambiental trata de informar dados relativos ao meio ambiente. Informação relativa ao ambiente, qualquer informação disponível sob forma escrita, visual, oral ou de base de dados relativos ao estado das águas, do ar, do solo, da fauna, da flora, dos terrenos e dos espaços naturais. As atividades (incluindo as que provocam perturbações, tais como os ruídos) ou medidas que os afetem ou possam afetar negativamente as atividades ou medidas destinadas a protegê-los, incluindo medidas administrativas e programas de gestão ambiental. A informação ambiental, ou melhor, dizendo, a informação para o desenvolvimento sustentável, é uma questão estratégica, ante a importância ecológica e econômica das reservas de natureza existentes em nosso território.

A informação ambiental tem seu elemento-chave na busca do bem-estar coletivo. A informação ambiental é um dos tipos de informação científica e tecnológica, definida por Targino (1994) como “... dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e,

además, contribuem para a compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais".

A informação ambiental poderia contribuir para a mudança de condutas e comportamentos, tendo papel fundamental na preservação ambiental, como subsídio para nossa ação no mundo e para diminuir a incerteza diante do meio ambiente, quer seja natural ou construído pelo homem, pois, "para além das necessidades do sistema produtivo, todos temos direito à informação" (Freire & Araújo, 1999).

Entretanto, Vasconcelos (1998) observa um afastamento progressivo entre o campo científico e a sociedade civil, revelado pela baixa incorporação da variável social no estabelecimento de prioridades e na definição de linhas de pesquisa ignorando reais necessidades, sinalizadas pelas dificuldades de transferência de informação para os demais atores sociais. A informação ambiental circularia em esferas especializadas ampliadas, não se conectando com as populações atingidas pelos problemas ambientais.

Temos na Agenda 21, que é um plano de ação para ser adotado de forma global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente e determina "... *que no processo do desenvolvimento sustentável tanto o usuário quanto o provedor de informação devem melhorar a disponibilidade da informação*". (SANTOS, 2000).

As Leis Ambientais dispostas pelo Plano Nacional do Meio Ambiente, como a Lei 6.938/81, artigo 4, § 5º "prevê a divulgação de dados e informações ambientais para a formação de consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico".

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS AMBIENTAIS

3.1. As Instituições

O marco legal das políticas ambientais no Brasil iniciou com o Código Florestal de 1934 (Dec. 23.793) que tratava das matas nativas, reformulado em 1965 (Lei 4.771); Código das Águas de 1934 (Dec. 24.643) estabelece normas para uso dos recursos hídricos, com atenção para seu aproveitamento hidroelétrico; Comissão Executiva da Borracha de 1947 (Lei 86), reestruturada em 1967 e com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) de 1962.

A estrutura jurídica independente de 1973 criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente, seguindo o modelo de gestão norte-americano, grande nível de descentralização e um acentuado viés regulatório, baseado nos instrumentos de comando e controle.

Foi no final do século XX, precisamente em 1981 foi que o Brasil institui sua Política Nacional para o Meio Ambiente (PNMA), por meio da Lei 6.938. O objetivo principal deste instrumento é compatibilizar o desenvolvimento econômico e social, com a preservação da qualidade e do equilíbrio do meio ambiente (Brasil, 1981). As normas ambientais anteriores a PNMA têm como característica serem menos abrangentes, enfocando o meio ambiente de uma forma mais restrita, fragmentada, como a exemplo do Código Florestal de 1965. Na maior parte destes instrumentos verificava-se uma preocupação voltada, principalmente, a aspectos patrimoniais relacionados ao meio ambiente.

Os instrumentos da Lei 6.938 (cujos princípios foram mantidos na constituição de 1988) estabelecem padrões de Qualidade Ambiental; Zoneamento Ambiental; Avaliação de Impactos Ambientais e Licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

A Constituição da República de 1988 (CF, 1988) veio a cancelar a tutela ambiental preconizada tanto pela PNMA de 1981 como por outros diplomas inovadores, na sua época, como o Código Florestal (1965).

Para implementação da PNMA, a própria lei que a criou instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), com um órgão colegiado de caráter deliberativo, denominado de Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), para trabalhar diretamente com os organismos ambientais em suas atribuições e competências. Esta legislação em âmbito federal favoreceu, entre outros aspectos, a possibilidade de as unidades da federação constituírem suas políticas ambientais.

Sobre a legislação brasileira, as décadas de 30 e 40 dispunham de dispositivos legais sobre aspectos específicos relacionados ao meio ambiente, mas com poucas consequências efetivas para a sua proteção.

Nas décadas de 60 e 70 foram editadas normas mais diretamente dirigidas à prevenção e controle da degradação ambiental.

Nas décadas de 80 e 90 e a partir de 2000, segundo uma visão global e sistêmica, a legislação ambiental brasileira passa a se desenvolver com maior consistência. Foram instituídos diplomas legais mais ambiciosos, voltados à proteção do patrimônio ambiental do Brasil.

Importante ressaltar que a legislação brasileira permite utilização de instrumentos de planejamento ambiental e urbano que articulados entre si possibilitam efetivamente, eficiência e eficácia na consecução da gestão ambiental, levando-se em consideração as bases do desenvolvimento sustentável, entre estas: a manutenção da qualidade ambiental em escala temporal e espacial.

Como dito o Ambiente Institucional da Política Ambiental no Brasil possui três esferas de poder que as regulamentam. No âmbito federal, os órgãos são: O Ministério do Meio Ambiente (MMA); O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); e O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

As responsabilidades são: MMA – Planejamento da Política; CONAMA - Consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Órgão colegiado, com representantes do governo e da sociedade civil composto por 10 (dez) câmaras técnicas permanentes e 8 (oito) temporárias determinam os padrões ambientais e por fim o IBAMA – Assume direitos, créditos e obrigações da Superintendência da Borracha, do IBDF, da SEMA e da Sudepe (com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, as suas atribuições legais foram absorvidas pelo IBAMA, que criou em sua estrutura um Departamento de Pesca e Aquicultura para atendê-las). Controla e fiscaliza as atividades com potencial de degradação ambiental. E exige EIA (Estudo de Impacto Ambiental) E RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) para licenças ou planejamentos, instalação ou operação.

As principais características da Política Ambiental estão nas questões ambientais relegada a “último” plano; no relativo “atraso” no estabelecimento de normas ambientais e agências especializadas no controle da poluição; nas estratégias de crescimento com industrialização substitutiva de importações, privilegiando setores intensivos em emissão de poluentes; na heterogeneidade das agências regulatórias nos níveis estaduais e municipais e nas dificuldades na promoção de políticas industriais.

Os pacotes de políticas e soluções negociadas incluirão combinações de instrumentos econômicos, de comando e controle, soluções essas negociadas para o desenvolvimento tecnológico e sua difusão e instrumentos baseados em informação, além de políticas de provisão de infra-estrutura.

Compete privativamente a União, com base no art. 21 da magna carta brasileira (CF, 1988): elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; planejar e promover a defesa permanente contra

calamidades públicas, especialmente as secas e inundações; instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso; e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

O art. 22 do referido diploma legal diz que a União deve legislar sobre águas e energia; recursos minerais; populações indígenas; diretrizes e bases da educação nacional; atividades nucleares de qualquer natureza (v. artigo 225, § 6º - localização de usinas nucleares deve ser definida em lei federal).

Compete a União (com os Estados e o Distrito Federal), de acordo com o art. 24 da CF: legislar concorrentemente sobre direito urbanístico; florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Observando o art. 23 da CF, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais devem ser tratados e exercidos indistintamente pelos entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e ainda em conjunto com a sociedade, uma vez que a tutela ambiental é difusa e diz respeito a toda coletividade.

Assim, é conferida a faculdade aos municípios de estabelecer legislações específicas sobre matéria ambiental, conforme atribuições constitucionais previstas nos artigos 23 e 30 da Constituição Federal de 1988.

Como foi observado nas orientações constitucionais, todos podem legislar sobre a questão ambiental (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). O que não pode é degradar o meio ambiente sob o argumento de que a competência para estabelecer normas de conduta a legislações específicas não foi feita por falta de competência material.

A competência privativa dos Estados abrange todas as atividades que não sejam de atribuição privativa da União (artigos 21 e 22) ou dos Municípios (artigo 30), devendo ser observado o disposto no artigo 25, § 1º da CF, 1988 (“São reservadas aos Estados as competências que lhes sejam vedadas por esta Constituição”), como é o caso do Programa Estadual de Certificação Ambiental (PSMV), instituído por lei estadual, no Ceará.

Já as competências de natureza concorrente – competência legislativa (artigo 24 da CF, 1988) – são atribuições para legislar sobre as normas gerais ambientais em caráter suplementar à União, complementando a legislação federal. Não havendo lei federal sobre normas gerais, os Estados têm competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades (artigo 25, § 3º, da CF, 1988).

Existem ainda normas de natureza comum, assim indicadas para União, e devem ser exercidas indistintamente (artigo 23, da CF, 1988).

Por fim, compete privativamente aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse social, hipótese em que a competência do Município é plana (artigo 30, inciso I, da CF, de 1988).

São normas de natureza comum, e, portanto, devem ser exercidas indistintamente, as mesmas já indicadas para a União como de natureza comum, estabelecidas no artigo 23 da CF, 1988.

Vale ressaltar que, em razão da competência suplementar de legislar que é atribuída aos municípios brasileiros, estes poderão legislar, desde que em assuntos de interesse comum do Estado e da União. Isto possibilita a interferência direta do município nas ações de desenvolvimento sustentável, de políticas voltadas para a adoção de instrumentos e operacionalização de viabilidade ambiental às atividades implementadas em âmbito local.

Em nível do Estado do Ceará, os instrumentos legais da Política Ambiental, vale ressaltar a importância da lei nº 11.411 de 28 de dezembro de 1987 que institui a Política Estadual do Meio Ambiente. Ela estabelece o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas destinadas a orientar a ação governamental na utilização racional, conservação e preservação do ambiente que, em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, atende aos princípios estabelecidos na lei federal e estadual que rege a espécie.

Assim, a Constituição do Estado do Ceará, publicada em 1989, traz em seu artigo 259 como prerrogativa, o dever de defesa e preservação, por parte do Estado e da própria comunidade, de um meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida, como direitos inalienáveis do seu povo. Para tanto na Lei nº 11.411/87, foi prevista a criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), vinculada diretamente ao Governador do Estado, cujo objetivo é o de assessorar o chefe do executivo estadual em assuntos relacionados à política ambiental.

Merece destaque a Conferência que aconteceu no Ceará, em setembro de 1991, onde se discutiu conceitos de desenvolvimento sustentável. Como resultado deste trabalho foi feito um documento político intitulado "Declaração de Fortaleza" e aprovado em sessão plenária, preparatório da Conferência Internacional sobre Impacto de Variações Climáticas e o Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas (ICID) (Magalhães, 1992).

A referida Conferência reuniu especialistas e fontes financiadoras do país e do mundo, sendo amplamente divulgada nacional e internacionalmente, com o envolvimento direto do Ministério das Relações Exteriores, responsável por difundir o evento junto a representações governamentais e não-governamentais, no exterior, bem como nos meios acadêmicos.

Como resultado e desdobramentos pode-se citar que a Conferência favoreceu a aprovação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas (UN-CCD), assinada, inclusive, pelo Governo Brasileiro, pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UNCED);

beneficiou a elaboração de um Plano Nacional de Combate à Desertificação (PNCD), pelo Governo Federal Brasileiro, que teve a Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB) como parceiro responsável por sua elaboração e implementação; desencadeou ainda a elaboração do Projeto ÁRIDAS, baseado em critérios de uso sustentável de recursos naturais, sociais, econômicos e políticos.

A Declaração de Fortaleza teve como objetivo mostrar à sociedade civil e governos, locais e nacionais, no Brasil e na América Latina, a situação da desertificação, além de formular propostas para seu combate e fornecer subsídios para as autoridades atuarem nas negociações de convenção sobre desertificação na ONU. Estes documentos foram encaminhados a Rio 92, subsidiando efetivamente as discussões relevantes sobre as regiões semi-áridas (Magalhães, 1992).

Desta forma, percebe-se a importância destes instrumentos de planejamento absolutamente legítimos, cuja ausência pode resultar em distorções na área ambiental, acarretando em prejuízos para a coletividade em escala espacial e temporal.

3.2.1. IBAMA

Com a Constituição de 1988, um passo decisivo foi dado para a formulação da política ambiental brasileira e para a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação.

A partir da promulgação da Carta Magna, o Governo Federal criou o programa Nossa Natureza, que estabeleceu diretrizes para a execução de uma ampla política de proteção ambiental. No ano seguinte à Constituição, foi criado o IBAMA, pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

Neste contexto, com a missão de representar o Governo na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, o IBAMA faz-se presente nos meios terrestres, aquáticos e aéreos, na flora e na fauna, em ações ligadas à pesca, caça, extração vegetal, cultivos, construções e apoio às populações tradicionais. É de sua responsabilidade formular, coordenar e executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

Espalhado em todo o território brasileiro, o IBAMA tem forte atuação no Ceará. A Superintendência Estadual, hoje, é dirigida por um pescador e líder comunitário de Icapuí, no litoral leste cearense, Raimundo Braga Bonfim, Kamundo, que comanda uma equipe multiprofissional do mais elevado gabarito e competência técnico-administrativa. Raimundo Braga segue o conceito da política tripartite estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente, formando parcerias com a Secretaria do Meio Ambiente de Fortaleza, com a Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente do Ceará e com a Associação dos Prefeitos do Ceará (APRECE).

As principais ações da SUPES – CE estão nas áreas de Fiscalização e Controle, Educação Ambiental, Unidades de Conservação, Ordenamento de Pesca, Fauna e Flora, Licenciamento Ambiental e Projetos Executivos.

Descrevendo as ações respectivamente das áreas acima citadas está a atividade de fiscalização do IBAMA, as ações de fiscalização de flora, de fauna, pesca, degradação ambiental e poluição garantem que os recursos naturais do Brasil sejam explorados em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos para a sua sustentabilidade, de forma a promover o equilíbrio sócio-ambiental. No Ceará, esta atividade vem sendo exercida com prioridade absoluta, em parceria com outros órgãos federais, estaduais e municípios, ONG's e a sociedade em geral. O desenvolvimento da Educação Ambiental como um processo instituinte de uma nova relação dos seres humanos entre si e deles com a natureza. Por meio de uma situação socio-ambiental vivida caracterizada por uma potencialidade ambiental, objetiva a participação individual e coletiva dos diferentes atores sociais que afetam a qualidade ambiental. Garantindo a sustentabilidade do ambiente, o IBAMA vem exercitando e construindo metodologia de trabalho que garante a inserção das populações

afetadas nos processos de criação e gestão das áreas protegidas. Os principais objetivos dos parques são a preservação ecológica, a proteção de espécies da fauna e da flora, a proteção dos recursos hídricos e das formações geológicas, além de proporcionarem meios para a educação ambiental, investigação, pesquisa, estudo e a conservação de valores culturais, históricos e arqueológicos. Historicamente, o setor da pesca, hoje representado pelo Núcleo de Pesca, tem participado juntamente da organização e ordenamento da pesca no Ceará com um trabalho voltado ao fomento e organização da pesca artesanal, aos dias de hoje a linha de frente da Gestão da Pesca, onde os argumentos técnico-científicos confrontam-se com o diálogo e realidade de pescadores, armadores e empresários do setor pesqueiro local, tem florescido idéias, parcerias e soluções importantes, para uso sustentável dos recursos pesqueiros. As atividades do Núcleo de Licenciamento Ambiental estão voltadas ao atendimento de demandas provenientes de empreendedores no que diz respeito a processos de licenciamento ambiental e atendimento a uma demanda gerada pelo Ministério Público, Justiça e Ouvidoria. Isto significa que o Núcleo atua em duas linhas de ação bastante diferenciadas. A primeira de forma preventiva, através da ação federal e a outra corretiva onde são requisitadas pelas entidades públicas.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão do Ibama – CE, SAC Ambiental acolhe o público com respeito impessoal, em instalações confortáveis, contanto com profissionais experientes para atender as mais diversas pretensões, sempre buscando satisfazer o cidadão e contribuir na formação de uma consciência ambiental preservacionista.

A Biblioteca do IBAMA – CE funciona como uma unidade de informação especializada da Rede Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (RENIMA), coordenada pelo Centro Nacional de Informação, Tecnologias Ambientais e Editoração do IBAMA. O objetivo é dar suporte informacional a atividades técnico-científicas e industriais e apoiar o processo de gestão ambiental.

3.2.2. SEMACE

A SEMACE integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente na qualidade de Órgão Seccional do Estado do Ceará, competindo-lhe especialmente, executar a Política Estadual de Controle Ambiental do Ceará, dando cumprimento às normas estaduais e federais de proteção, controle e utilização racional dos recursos ambientais e fiscalizando a sua execução; estabelecer os padrões estaduais de qualidade ambiental; administrar o licenciamento de atividades poluidoras do Estado do Ceará; estabelecer o zoneamento ambiental do Estado do Ceará; controlar a qualidade ambiental do Estado, mediante levantamento e permanente monitoramento dos recursos ambientais; adotar as necessárias medidas de preservação e conservação de recursos ambientais, inclusive sugerir a criação de áreas especialmente protegidas, tais como, Estações Reservas Ecológicas, Áreas de relevante interesse ecológico e Parques Estaduais; exercer o controle das fontes de poluição, de forma a garantir o cumprimento dos padrões de emissão estabelecidos; aplicar, no âmbito do Estado do Ceará, as penalidades por infrações à legislação de proteção ambiental, federal e estadual; baixar as normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação da Política Estadual de Controle Ambiental com prévio parecer do Conselho Estadual do Meio Ambiente; promover pesquisas e estudos técnicos no âmbito da proteção ambiental, concorrendo para o desenvolvimento da tecnologia nacional; desenvolver programas educativos que concorram para melhorar a compreensão social dos programas ambientais; celebrar convênios, ajustes, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais para execução de atividades ligadas aos seus objetivos.

Os serviços da SEMACE são Análise Laboratorial - Serviços prestados a particulares e órgãos públicos pelos laboratórios da SEMACE. Os laboratórios estão equipados para atender ao público em geral na prestação dos seguintes serviços: Análise físico-química e bacteriológica com vistas à potabilidade das águas de poços, cacimbas e outros sistemas de abastecimento; Análise físico-química e bacteriológica de águas doces (rios, lagoas, açudes e outros) salobras e salinas; Análise físico-química de despejos líquidos industriais e domésticos; Análise química de metais traços (metais pesados) em despejos líquidos industriais e Análise de parâmetros individuais conforme solicitação do cliente.

Um outro serviço está no Licenciamento que instrumenta a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio dos quais os órgãos ambientais analisam a viabilidade ambiental da localização, instalação, ampliação e operação das atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos naturais, visando o controle, conservação, melhoria e recuperação ambiental, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável.

E por fim, o serviço de Educação Ambiental - ...”A Educação Ambiental deve ser implementada de acordo com as orientações de Tbilisi e de sua evolução a partir das questões globais tratadas na agenda 21 e nas grandes conferencias da ONU que também abordaram a educação para sustentabilidade. Isso permite a referência à educação para o meio ambiente e da sustentabilidade”. (Declaração de Thessaloniki, 8 a 12 de dezembro de 1992). Em 1977, durante a Conferência de Tbilisi o conceito de educação ambiental foi definido como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática de educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Mais do que uma simples forma de transmitir informações e conhecimentos sobre os recursos naturais, a Educação Ambiental é uma ferramenta indispensável à construção de novos valores e atitudes, voltados ao desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução de seus problemas ambientais, proporcionando condições adequadas de sobrevivência para as atuais e futuras gerações.

No Brasil, a Educação Ambiental foi regulamentada pela primeira vez em 1981, através da Lei Federal Nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Em 1987, o Parecer 226, do antigo Conselho Federal de Educação, destacou que a educação ambiental deveria começar na escola, utilizando uma abordagem interdisciplinar. Com a Constituição Federal de 1988, a Educação Ambiental amplia seu nível de atuação, devendo ser promovida em todos os níveis de ensino, como também junto à conscientização da sociedade em geral. Em 27 de abril de 1999, o Presidente do Brasil sancionou a Lei Federal Nº 9.795 que definem a Política Nacional de Educação Ambiental.

O Ministério da Educação distribuiu para todas as escolas públicas do Brasil, os livros dos parâmetros curriculares nacionais, que orientam os conteúdos e as metodologias que devem ser trabalhados em todas as escolas do país. O Meio Ambiente é apresentado nos PCNs, como tema transversal, ou seja, que deve ser trabalhado por todos os professores em todas as séries e disciplinas, por que é parte indispensável da formação do aluno, para que possam desenvolver uma cidadania crítica e participativa.

O Estado do Ceará, no período de 1997, construiu o Programa de Educação Ambiental do Ceará (PEACE) que representa o esforço articulado de várias instituições governamentais e não governamentais, das esferas estadual e municipal, na busca de uma nova postura em relação aos problemas ambientais do Estado. Neste documento são fixados os objetivos, diretrizes e estratégias com as quais devem ser direcionada, disciplinada e consolidada a dimensão ambiental no processo educativo, compromisso este assumido pelos 44 municípios que participaram da elaboração do programa.

Os objetivos do Programa de Educação Ambiental do Ceará estão em contribuir para a formação da cidadania, de modo que todo cearense esteja consciente de seus direitos e deveres; contribuir para a apropriação social dos recursos naturais, visando a promover o acesso às riquezas básicas, para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades produtivas e a satisfação das necessidades humanas não materiais; contribuir para o exercício da participação e da construção coletiva de uma alternativa de desenvolvimento mais justa e igualitária para o povo cearense e estimular a solidariedade e a integração entre os municípios, os Estados e as regiões.

CAPÍTULO 4 – Uma Realidade da Informação Sócio-Ambiental

O Brasil ocupa uma posição estratégica em termos mundiais devido à sua incomparável e rica biodiversidade. Se por um lado temos uma natureza exuberante, por outro carecemos de investimentos em pesquisa e na formação de mão-de-obra e estruturas que permitam o adequado aproveitamento e até mesmo a compreensão desta riqueza, o que nos tem conduzido a um tipo de garimpo muito mais predatório que o do ouro ou qualquer outro metal. O garimpo genético. Sem uma base legal adequada, o Brasil tem permitido que o saber dos índios e populações tradicionais sobre a biodiversidade seja apropriado por terceiros, sem que estes povos ou o próprio país receba uma contrapartida pelo uso dessa biodiversidade. O correto é que o conhecimento destes povos fosse respeitado e remunerado adequadamente e que as comunidades participassem conjuntamente dos projetos de pesquisa. Existe, hoje, no mundo, uma verdadeira guerra silenciosa dos países ricos, que detém a tecnologia contra os países pobres ou em desenvolvimento, que detém a biodiversidade. Durante a Rio 92 esse conflito ficou bem claro e os EUA simplesmente recusaram-se a assinar o tratado da Biodiversidade, enquanto não se reconhecesse sua propriedade sobre o conhecimento genético que possui de plantas e animais de outros países que, desnecessário dizer, foram retirados desses países sem seu consentimento, sem qualquer remuneração sobre as espécies ou sobre o saber dos povos tradicionais. A biodiversidade ficou assim reduzida à condição de armazém de fragmentos genéticos, transformados pelos laboratórios em mercadorias comercializáveis. Mais que a simples apropriação de uma espécie de planta ou bicho, é a apropriação privada da vida, que assume um valor monetário.

Só democratizar a informação ambiental pode não ser suficiente para produzir as mudanças necessárias de opinião. Não é pelo maior ou menor volume de informações que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo, se não tiver uma cultura e uma formação que predisponha as pessoas a valorizar esta informação. Sem isso, as pessoas vão pouco a pouco se tornando insensíveis diante da informação, como se fosse mais uma espécie de poluição onde as palavras perdem o significado e importância, e tanto faz saber que derrubaram uma árvore ou uma floresta. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa como defende a educação ambiental, ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta, uma espécie de ética

distorcida, como se a seleção natural das espécies separasse o mundo em vencedores (desenvolvidos, países de primeiro mundo) e perdedores (em desenvolvimento, subdesenvolvidos, países de segundo e terceiro mundo) onde apenas os mais aptos e espertos sobrevivem, aqueles que chegaram primeiro e dispõem dos melhores meios e tecnologias para retirar e utilizar com mais eficiência e rapidez os recursos do Planeta, capitalizando lucros e socializando prejuízos.

A questão ambiental ocupa um importante espaço na sociedade e vem crescendo cada vez mais em abrangência, sendo tema de discussão em diversas conferências em nível nacional e internacional. Os problemas ambientais com a conseqüente degradação da qualidade de vida podem ser identificados tanto nas áreas urbanas, pela enorme concentração de indústrias, fábricas e a desordenada ocupação do solo, como também nas áreas rurais onde há a excessiva concentração fundiária e a agricultura voltada para o desmatamento. A poluição, as mudanças climáticas, a criação dos alimentos transgênicos, a desertificação e a perda da biodiversidade também são temas de grande repercussão e relevância dentro do contexto ambiental.

No Brasil e no mundo podemos notar a atuação de ONG's (Organizações Não Governamentais) que participam como parceiras no enfrentamento dos problemas ambientais atuando no interesse público de forma direta, na prestação de serviços e no desenvolvimento de projetos que têm como objetivo, proteger o meio ambiente e lutar pelo desenvolvimento sustentável. A natureza é vista pelo homem como fonte de recursos de certa forma inesgotável e gratuita, pois a exploração é ilimitada e devastadora, que por fim acaba deteriorando a qualidade de vida da sociedade e influenciando negativamente em seu desenvolvimento.

De acordo com Caribé (1992, p. 40) a preocupação do governo brasileiro com os problemas do meio ambiente é insuficiente e tímida. De fato o descaso do governo federal é presenciado nos dias de hoje, pois o mesmo dá mais prioridade ao crescimento econômico e industrial, a política interna e externa, ficando quase que a inércia na luta por uma via sustentável de desenvolvimento.

O Brasil é o país de maior riqueza quanto à biodiversidade onde se concentra 10% de todo acervo de recursos genéticos do planeta, mas o mesmo persiste em um processo generalizado de destruição de seu rico patrimônio ecológico. O modelo atual de desenvolvimento, não só no Brasil, mas de muitos países, é o principal responsável pela agravante situação que o meio ambiente se encontra, onde o homem marca sua presença consumindo e poluindo os recursos naturais quase escassos sem dar conta da destruição e os danos que são causados ao meio ambiente.

O Brasil é conhecido por suas proporções continentais, a enorme variedade climática, um gigantesco patrimônio ambiental e a maior diversidade biológica do planeta.

Para que a utilização dos recursos naturais seja feita de forma apropriada de acordo com os pressupostos fundamentais do desenvolvimento sustentável, é de crucial importância o fomento do Governo brasileiro em educação e pesquisa ambiental a fim de buscar um meio sustentável de desenvolvimento. A conservação e a busca de melhorias para o meio ambiente não é somente responsabilidade de ambientalistas e profissionais ligados à área ambiental (biólogos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, ecólogos, entre outros), mas também de todos os indivíduos de uma nação, pois se todos se preocuparem com a natureza e os diversificados recursos oferecidos por esta, alcançaremos a qualidade de vida que tanto desejamos.

Alguns dos principais pontos discutidos são: pobreza, mudanças nos padrões de consumo, população, saúde humana, políticas para o desenvolvimento sustentável, proteção da atmosfera, resíduos perigosos, salvaguarda dos recursos oceânicos e promoção da consciência ambiental.

A cobertura do meio ambiente brasileiro tem experimentado, nos últimos anos, um razoável incremento em virtude da emergência de temas relevantes e controversos, como transgênicos, mudanças climáticas, biodiversidade e biopirataria, conhecimento popular, segurança alimentar, consumo consciente e a expansão desordenada do agronegócio, entre tantos outros.

Um olhar, ainda que ligeiro, sobre a cobertura do meio ambiente evidencia, de imediato, a necessidade de se contemplar realidades e instâncias distintas no processo de produção jornalística que se orienta para esta temática. Isso porque a cobertura apresenta singularidades quando se considera a imprensa de informação geral ou de negócios, a imprensa segmentada ou especializada em meio ambiente, ou ainda quando se focaliza, especificamente as diversas mídias ou ambientes midiáticos, como o rádio, a TV e a Internet. Em virtude das peculiaridades de cada mídia (sistemas de produção, recursos de expressão e interação, formas de recepção) e do perfil de sua audiência, o discurso varia assim como sua capacidade de influência.

Embora algumas publicações de caráter comercial possam, pela interferência mesma dos grandes interesses em jogo, afrontar, às vezes, os limites (que devem ser sempre respeitados) entre a informação e o marketing, elas têm cumprido papel importante na circulação de informações sobre meio ambiente, em suas múltiplas perspectivas ou temas (água, biotecnologia, energia, agroecologia, saneamento e muitos outros). Na prática, serão cada vez mais respeitadas na medida em que estiverem comprometidas com uma visão moderna, abrangente e adequadas das questões que afetam o meio ambiente.

As agências de comunicação, os institutos, as associações e as ONG's que mantêm, com regularidade, seu sistema de produção de notícias também se enquadram nesse perfil, favorecendo, amplamente, o processo de democratização de informações ambientais.

Com o advento das novas tecnologias, a sociedade moderna habituou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio da televisão, do rádio, do jornal e da internet. Observa-se que a mídia vem dando importância aos programas sobre o meio ambiente, especialmente, àqueles que se voltam para a Educação Ambiental.

A migração das novas gerações para a Internet, e o fortalecimento das rádios comunitárias e o surgimento de vigorosos jornais locais; a ampliação do debate nas escolas de jornalismo, o aumento da consciência dos consumidores, a competência das ONG's e a inevitável necessidade de compatibilizar desenvolvimento e respeito ao meio ambiente farão

surgir alternativas novas para o jornalismo ambiental. Ao mesmo tempo em que a pressão dos grandes interesses aumenta, a resistência se fortalece e há uma contaminação que se irradia em defesa do planeta seriamente ameaçado. Pouco a pouco, os cidadãos, mesmo os de idade mais jovem, irão tomando consciência de que não apenas os micos-leões dourados e as baleias estão ameaçados de extinção e virão integrar esta legião crescente de consumidores (e defensores) da informação ambiental.

Os meios de comunicação são responsáveis pela ampla difusão de informações sobre a problemática ambiental. Torna-se um elemento essencial para a consecução de caminhos que levem à solução dos conflitos de interesses políticos e econômico, tornando-se um fator limitante para o alcance de uma visão globalizada do meio ambiente.

Nos tempos atuais, a comunicação passou a fornecer subsídios para que a humanidade se coloque diante de si mesma numa perspectiva de avaliação de seu passado, da trajetória de seu desenvolvimento e da projeção de seu futuro. Como assinala Ramos (1995, p.13) o monitoramento global proporciona aos cientistas o acesso a dados fundamentais para a pesquisa ambiental em suas várias manifestações disciplinares, da mesma forma que os acontecimentos sócio-políticos, artísticos, esportivos e meteorológicos.

O processo de globalização, no contexto atual, gerou uma questão ambiental que deve ser vista desde uma dimensão de totalidade, superando até mesmo a segmentação positiva da ciência. A mídia impressa e eletrônica prossegue transmitindo os ideais de todos os que batalham pela conservação do meio ambiente que, em última análise, é a luta pela conservação da vida.

CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES

Hoje, há uma consciência clara de que o avanço tecnológico que tanto bem-estar trouxe para a sociedade muitas vezes produziu conseqüências desastrosas para o homem e o meio ambiente. Tanto nas academias quanto nas indústrias, as questões têm sido recorrentes e suas discussões têm forçado uma mudança cultural nas áreas tecnológicas e de gestão. Algumas soluções estão surgindo e focando os impactos mais positivos sobre a vida. Têm se procurado desenvolver tecnologias de produção menos agressiva ao meio ambiente e mais integradas com a sua sustentabilidade.

O tema ambiental deixou de ser visto como um problema restrito ao meio técnico-científico, ocupando um lugar proeminente na agenda política tanto dos países individualmente, quanto das negociações por eles travados na arena internacional. Os temas relativos ao meio ambiente passaram a ser objeto de preocupação e debate por parte da mídia, das entidades representativas da sociedade civil organizada e da opinião pública em geral, das empresas, dos governos, das instituições e organizações internacionais.

O domínio de informação sobre as condições ambientais e sobre recursos naturais das diferentes partes do planeta, e especialmente, o acesso aos novos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à proteção do meio ambiente e ao seu aproveitamento econômico e social torna-se mais restritos, constituindo objeto de disputa política internacional, em razão do caráter estratégico que assumem em termos ecológicos, políticos e comercial.

Ainda é pequeno o conhecimento de que hoje se dispõe e que hoje se produz a respeito da diversidade biológica da Terra. A ampliação da informação ambiental, bem como a sua difusão para o público em geral tem sido apontada como elemento básico em uma estratégia imediata para se evitar a rápida perda da biodiversidade. São numerosos os assuntos na área ambiental, muito trabalho ainda precisa ser realizado para tornar os dados disponíveis.

Hoje, mais do que nunca, a mídia continua a exercer um fascínio sobre os indivíduos, e por consequência nas relações sociais, políticas e econômicas. Os meios de comunicação influenciam na formação da opinião pública e a sua difusão de conhecimento é mediática, ou seja, atua como um referencial do mundo exterior, um sistema de representações que interage com o conhecimento pessoal direto, adquirido pelo indivíduo por meio de sua formação cultural, convivência social e experiência própria. Tudo isso indica que mídia, no mundo atual, desempenha um papel significativo na constituição e difusão de representações sociais.

Informar pode não ser suficiente. Existe a poluição da informação onde as palavras perdem o significado e importância e tanto faz o público saber que derrubaram uma árvore na esquina ou uma floresta inteira. Não é pelo maior ou menor volume de informação que o público aprende a pensar criticamente e se torna capaz de atuar em seu mundo para transformá-la ou se torna consumidor deste ou daquele produto ou serviço. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa, ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta. Quem dispõe dos melhores meios e tecnologias para retirar e utilizar a informação ambiental necessita de eficiência e rapidez na hora da sua democratização perante a opinião pública.

É preciso que o Brasil capacite-se para tomar a dianteira nessa área, não apenas como pré-requisito para inserir-se no esforço global de construção de uma via sustentável de desenvolvimento, mas também como condição para o exercício soberano de sua territorialidade e para um posicionamento vantajoso no cenário mundial.

A questão ambiental está cada vez mais presente no cotidiano da população, principalmente no que se refere ao desafio da preservação da qualidade de vida. Entretanto com o aumento dos problemas ambientais que não são recentes. Todos esses problemas ambientais podem ser minimizados através de um maior acesso à informação potencializando mudanças comportamentais necessárias para um agir mais orientado na direção da defesa do interesse geral.

Hoje a informação assume um papel cada vez mais relevante, com o ciberespaço, a multimídia e a internet, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para que transformem as diversas formas de participação em defesa da qualidade de vida. (JACOBI, 1998)

Com isso percebemos a importância da democratização participativa para o acesso à informação, assim teremos êxito na conscientização de todos sobre a questão ambiental. Apesar de sabermos que a democratização participativa ainda está fora da nossa realidade.

A postura e a desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental das cidades. (JACOBI, 1998, p.12)

A falta de informação acarreta na população, falta de consciência ambiental, uma deficiência política, social, econômica, educacional e cultural, que poderia ser transformada através da participação e do envolvimento da população ao acesso à informação através de vários caminhos como associações comunitárias, escolas, bibliotecas, canais ou meios de comunicação e muitos outros meios de disseminação desta informação.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Roberto Armando de. Direito do meio ambiente e participação popular. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.

ALBAGLI, Sarita. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

ANDRADE, L. **Iguarias à Hora do Jantar: a Presença de Ciência e Tecnologia nos Telejornais Diários**. Tese de Doutorado. Departamento de Bioquímica Médica – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BARCA, L. Ciência na Programação da TV Comercial. In **Comunicação & Educação**. São Paulo: USP/Moderna, ano V, n. 15, p. 81-86, maio-ago 1999.

BRASIL. Lei nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio, 1981.

BRUM, E. FARIAS, R. A mídia do Pantanal. Campo Grande: INIDERP, 2001.

CANDOTTI, E. Reflexões e refrações de um Eco. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, IEA USP, v.6, nº 15, maio/jun. 1978, p.115.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 1992.

DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. 4ª ed. São Paulo: Gaia, 1998. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

FREIRE, I.; Araújo, V. M. R. H. A responsabilidade social da ciência da informação. *Transinformação*. v. 11, n. 13, 1999.

GIL, Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio ambiente. Acesso à informação ambiental. 2ª edição. São Paulo, 1997.

JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, Rj: Vozes, 1997.

LE COADIC, Yves François. A Ciência da Informação. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LOWY, Michael. Método dialético e Teoria política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D. A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. Editora EPU, São Paulo, 1986.

MAYEROWITZ, J. **No Sense of Place: the impact of eletronic media on social behavior.** New York: Oxford, 1985.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MOTTER, M.L. O que a ficção pode fazer pela realidade? **Comunicação & Educação.** São Paulo, 26: 75-79, jan.-abr. 2003.

PESSOA, Geórgia Patrício; BRAGA, Cristiane Borges. Valoração Econômica dos recursos naturais: Monografia apresentada à disciplina MC 005 – Análise e Gestão Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, Fortaleza: CEFETCE, 2004.

QUINTAS, José Silva. **Por uma educação ambiental emancipatória:** considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Separata de: Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. Brasília: ed. IBAMA, Série estudos: educação ambiental, nº 3, p. 11-19, 2000.

RAMOS, F. A Meio ambiente e meios de comunicação. São Paulo: AnnabluMe/FAPESP, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985. 287p.

SANCHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1998.

SIQUEIRA, D da C. O. **A Ciência na Televisão: mito, ritual e espetáculo**. São Paulo: Annablume, 1999.

SOUZA, Marcelo Pereira. **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática**. São Carlos: Editora Riani Costa, 2000.

SUBSÍDIOS À ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 BRASILEIRA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Brasília. Ed. IBAMA. 2000.

TARGINO, M. das G. Informação ambiental: uma prioridade nacional? *Revista Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 51-84, 1994.

VASCONCELOS, C. R. de. O papel das ONG's brasileiras na produção e disseminação de informação ambiental. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

VIEZZER, Moema Libera. OVALLES, Omar. **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

WASHINGTON, H. **Inter-meios Mídia** – dado apresentando no VII Seminário Tela Viva, realizado em São Paulo – SP, dia 31 de maio de 2005.